DECLARAÇÃO DA CRES+5

Versão 14/03/2024

**PREÂMBULO**

Nós que participamos da Conferência de acompanhamento da III Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe, doravante CRES+5, representantes de governos e outros órgãos públicos, e instituições de ensino superior, redes, associações, sindicatos, organizações multilaterais, povos indígenas e afrodescendentes, estudantes e pessoal acadêmico e técnico-administrativo e cientistas da América Latina e Caribe, reunidos na cidade de Brasília de 13 a 15 de março de 2024, celebramos a relevância e pertinência da convocatória para esta reunião de médio prazo, estrategicamente localizada entre a CRES-2018 e sua continuação em 2028. Esta iniciativa constituiu uma valiosa oportunidade para avaliar e reafirmar os princípios e linhas de ação que norteiam a transformação da educação em geral, e do ensino superior em particular, na América Latina e Caribe.

Referendamos que o ensino superior é um direito humano universal e um bem público social que deve ser plenamente garantido pelos Estados, conforme subscrito e aprovado nas Declarações da Conferência Mundial da UNESCO de 1998, das Conferências Regionais de Cartagena, Colômbia (2008) e de Córdoba, Argentina (2018). Da mesma forma, concordamos que este princípio deve ser a pedra angular que orienta a organização integral do sistema educativo.

Especificamente, na Declaração da CRES-2018, considera-se que as iniciativas consensuais: "…fundamentam-se na profunda convicção de que o acesso, o uso e a democratização do conhecimento são um bem social, coletivo e estratégico, essencial para poder garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-viver de nossos povos, a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração solidária latino-americana e caribenha".

Isso implica, entre outras coisas e de forma enfática, lutar contra a mercantilização da educação e os processos de privatização dos sistemas educativos em todos seus níveis, bem como promover e garantir regulamentações e controles que evitem a educação com fins lucrativos, porque a educação é um bem público e não uma mercadoria.

Da mesma forma, enfatizamos o alinhamento desta Declaração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, nesse contexto, destaca-se a centralidade das ações afirmativas que os Estados da região devem promover, visando comprometer-se com a transformação dos sistemas educativos e nossas sociedades e potencializar o lugar estratégico do ensino superior para o desenvolvimento sustentável da nossa região.

É dada especial atenção à promoção da inclusão e da equidade no conjunto do sistema, a indispensável articulação e avaliação da qualidade acadêmica com relevância social, bem como para os demais níveis do sistema educacional e a valorização da profissão dos trabalhadores e trabalhadoras docentes, técnicos administrativos e pessoal científico. É imperativo promover

políticas que assegurem os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do ensino superior, erradicar a precarização laboral, a falta de estabilidade, a depreciação salarial e a deterioração progressiva das condições e benefícios da segurança social.

**UM CHAMADO URGENTE À AÇÃO**

De 2018 até o presente, é evidente uma deterioração nos âmbitos político, econômico e social que afeta significativamente o ensino superior na região. De forma drástica, surgiram governos que expressam abertamente sua oposição à democracia participativa, à autonomia na aquisição de conhecimentos para alcançar a plena soberania na ciência e tecnologia, nas humanidades, na cultura e nas artes ou mesmo negam aspectos fundamentais para nosso futuro.

Por esse motivo, postulamos que para defender o ensino superior devemos defender a democracia, e para defender a democracia devemos defender a universidade, um sistema de ensino superior diversificado e uma ciência aberta, plural, inclusiva, humanística, e reafirmar o sentido público dos conhecimentos.

É necessário denunciar o perigo que implicam os discursos negacionistas anticientíficos de líderes políticos que retomam visões dogmáticas e religiosas. O avanço do dogma é a morte da possibilidade da deliberação; e sem deliberação não existe democracia.

É imperativo reconhecer a constante deterioração que tem afetado significativamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras das Instituições de Ensino Superior nas últimas décadas. Esse fenômeno se manifesta através da crescente precarização laboral, da falta de estabilidade, da depreciação salarial e da redução das condições e benefícios da seguridade social. Esses desafios são agravados por um contexto regional caracterizado por um aumento significativo da pobreza, da marginalidade e da desigualdade. A precarização laboral adquiriu tais dimensões que está impactando todos os sectores do ensino superior. É imperativo reconhecer que o alcance de metas de progresso no âmbito do ensino superior não será possível sem garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, que desempenham um papel fundamental na implementação de políticas progressistas. É preciso promover políticas que façam a diferença, baseadas no diálogo com a sociedade.

A educação superior deve contribuir para reparar a dívida histórica das sociedades e dos Estados contemporâneos com os povos indígenas e afrodescendentes; educar contra o racismo, a discriminação racial e todas as formas de intolerância; garantir os direitos educacionais desses povos, que são reconhecidos em numerosas convenções, tratados e declarações internacionais. Nesse sentido, ela deve ser transformada com uma perspectiva intercultural para superar as limitações monoculturais e monolíngues que afetam sua qualidade e relevância sociocultural.

No mesmo sentido, devemos fomentar políticas destinadas a promover a igualdade de oportunidades para mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+. Os Estados e as IES, em articulação com as representações estudantis, sindicais e sociais, devem fomentar iniciativas que promovam a igualdade de gênero, o respeito pela diversidade e políticas eficazes de não discriminação, para que todos os membros da comunidade possam prosperar independentemente de sua orientação sexual, de sua origem étnico-racial, de sua identidade de gênero ou expressão.

**DIANTE DISSO PROCLAMAMOS**

Nosso compromisso com a equidade e com a formação das pessoas ao longo de suas vidas. Para tanto, é dever dos Estados garantir o financiamento, necessário e progressivo para os trabalhos e as tarefas estratégicas das instituições de ensino superior públicas, para dar melhores respostas à sociedade que enfrenta grandes desafios. Não é uma despesa, mas uma responsabilidade que não pode ser negociada e que deve estar voltada, prioritariamente, à promoção de políticas afirmativas que incidam de forma essencial no pleno acesso, na gratuidade, na permanência e na graduação dos setores mais empobrecidos, discriminados e marginalizados do sistema educacional e do ensino superior, os povos indígenas e afrodescendentes, as populações migrantes e refugiadas, a população adulta, as pessoas com deficiência e as pessoas discriminadas por razões de gênero e orientação sexual, de línguas ou cor da pele, sempre a partir de uma perspectiva interseccional. Exigimos de forma categórica um pronunciamento dos atuais governos da região, a favor da ampliação do financiamento e a implementação de ações de recuperação  educacional, muito afetada especialmente pela pandemia da COVID-19.

No século XXI, as instituições de ensino superior, como parte dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação, e em conexão com outros setores da sociedade, desempenham um papel fundamental ao serem a base para o desenvolvimento autodeterminado do conhecimento e conectado globalmente. São elas que garantem que os benefícios da pesquisa e a geração de novo conhecimento estejam ao alcance de todos os cidadãos. A geração de conhecimento e sua transferência resultarão num maior bem-estar coletivo e numa menor desigualdade apenas se os arranjos institucionais e as políticas públicas forem concebidos para esse fim.

Ratificamos que o diálogo de saberes é inerente ao ensino superior; devemos fortalecer a incorporação do conhecimento e culturas dos povos ancestrais, das comunidades, dos setores populares e do mundo do trabalho na geração, uso e apropriação do conhecimento.

Nesse contexto, a salvaguarda do direito à educação das e dos estudantes assume particular importância. Defendemos o respeito incondicional por sua organização, expressão e pensamento crítico, permitindo-lhes exercer esse direito sem discriminação ou medo de criminalização. Os estudantes constituem o foco principal do nosso trabalho, seja no âmbito docente, de pesquisa, institucional ou social, pois representam o futuro de nossas comunidades e personificam os aspectos mais valiosos da nossa identidade e diversidade.

Nós, participantes da CRES+5, expressamos nosso compromisso em fortalecer uma ação transformadora e emancipatória, valorizando o ensino superior como um direito inalienável para alcançar o desenvolvimento sustentável, uma cultura de paz e de não violência, de saúde integral e da formação de cidadãos conscientes do exercício de seus deveres e responsabilidades, e para isso apelamos a todos os atores governamentais, às autoridades, à sociedade, às redes, aos sindicatos e associações, das diversas comunidades da nossa região e do nosso planeta para apoiar nosso pronunciamento e nossas ações.

A integração regional como a mudança das condições sob as quais se realizam as relações inter-regionais e globais. Uma perspectiva descolonizadora deve constituir o centro da consciência latino-americana e caribenha. O conhecimento e a ciência, a aprendizagem comum e a soberania no uso e na gestão das novas tecnologias devem ser abertos, de livre acesso e ser consideradas um direito humano e de benefício social. Nesse contexto de colaboração, defendemos uma transformação digital inclusiva, ética e dialógica ao serviço das pessoas que compõem a comunidade educativa e as instituições de ensino superior.

Manifestamos nossa convicção em empreender uma ação coletiva entre governos, sociedades e instituições de ensino superior, ciência e tecnologia, que atuem a favor de acordos de cooperação horizontais e solidários, de fomento e coparticipação de boas práticas e experiências, de projetos colaborativos sobre questões de grande relevância para a melhoria das condições de vida, de educação, de saúde e de sustentabilidade.

O objetivo é criar um cenário propício para um desenvolvimento significativo como bloco regional, orientado para o bem-estar e a equidade. Para conseguir isso, é essencial fortalecer as redes de cooperação, destacando especialmente a importância do Espaço de Encontro Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES), e de todas as nossas redes e órgãos de cooperação e solidariedade para fortalecer a integração regional e a cooperação com outras regiões.

Proclamamos que a democratização do conhecimento e a universalização do ensino superior são dois objetivos estratégicos para a CRES 2028, para garantir o desenvolvimento soberano da ALeC e a consolidação dos sistemas democráticos de governo. Para isso, devemos promover amplas parcerias sociais e políticas, nacionais e regionais, para alcançar um novo pacto socioeducativo.

É importante ressaltar que durante a pandemia da COVID-19, tornou-se explícito que as crises são cada vez mais complexas e ultrapassam fronteiras territoriais e disciplinares e que, portanto, as soluções devem ser abrangentes e solidárias. Naquele momento, a ciência e sua apropriação social, a internacionalização dos sistemas de ensino superior foi uma das respostas mais importantes às emergências de saúde globais. A colaboração internacional entre cientistas e a aplicação de metodologias conjuntas continuam sendo fundamentais para manter soluções para os desafios do futuro.

As políticas de internacionalização das universidades e os programas de mobilidade, em especial, são fundamentais para a integração dos países da região e os vínculos internacionais, para promover o intercâmbio de conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos e a construção de profundos laços culturais entre as comunidades latino-americanas e caribenhas, adquirindo uma compreensão mais ampla da diversidade cultural que define a América Latina e o Caribe.

A integração regional emancipatória deve ser promovida através de convenções interinstitucionais, mobilidade e intercâmbio de estudantes, pessoal acadêmico e técnico-administrativo e científico, programas de internacionalização no país e outras estratégias de internacionalização intrarregional e com outras regiões do mundo.

Portanto, solicitamos que os nossos Estados ratifiquem tanto a Convenção Regional como a Convenção Mundial de Reconhecimento de Qualificações de Ensino Superior.

As instituições de ensino superior têm a responsabilidade de analisar criticamente sua trajetória e propor caminhos de transformação consistentes com uma efetiva democratização do ensino superior de qualidade e com a constituição de sistemas de ciência, tecnologia, inovação, arte e cultura que sirvam de apoio para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e igualitário.

Estamos comprometidos com a transformação que a sociedade espera das nossas instituições e solicitamos aos governos que garantam um investimento progressivo que vise a universalização do ensino superior, e da ciência, tecnologia e inovação, entre 2024 e 2030.

Dessa porcentagem de recursos, propõe-se destinar uma quantia certa, mas crescente, para fins de cooperação, de integração a partir da educação e da ciência, como um conjunto de recursos para garantir projetos fundamentais que resolvam os enormes problemas da América Latina e Caribe.

Instamos à ENLACES e às redes, às associações e aos consórcios regionais e nacionais de ensino superior a promoverem a criação de uma Agência Regional de Conhecimento (ARCO) que promova a investigação, a extensão e a inovação colaborativas, solidárias e horizontais e a sua vinculação com a docência com uma clara orientação pragmática, prospectiva e integracionista, na perspectiva em que se concentrou o conteúdo e a orientação da política pública neste documento.

Por fim, endossamos a vigência das instituições de ensino superior como um espaço valioso para a construção de um futuro promissor baseado na cidadania plena, na justiça social, no desenvolvimento sustentável e na integração regional.